



(Do Senhor Maurício Quintella Lessa)

Senhor Presidente,

**REQUEIRO**, nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União informações sobre a auditoria que vem sendo realizada pelo TCU no processo de aquisição da Pasadena Refining System Inc. pela Petrobras, bem como cópia dos contratos, pareceres, relatórios de auditoria e quaisquer outras informações sobre o assunto.

## JUSTIFICATIVA

Segundo noticiou a Revista Veja e o Jornal O Estado de São Paulo, a Petrobras adquiriu em 2006, *trading* belga Astra Oil, 50% da Pasadena Refining System Inc. pelo montante de US\$ 360 milhões.

Conforme se noticiou, a Pasadena Refining System Inc. estava desativada quando foi comprada por US\$ 42,5 milhões pela Astra Oil, em janeiro de 2005. De acordo com os noticiosos, a refinaria é antiquada e pequena para os padrões americanos, pois tem capacidade máxima para refinar 100.000 barris por dia, a Pasadena Refining System Inc. não estava preparada para processar o petróleo brasileiro, o óleo pesado produzido na Bacia de Campos.

**\*D9E4159018\***

**D9E4159018**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Revista Veja e o Jornal O Estado de São Paulo informaram que a Astra Oil e a Petrobras acertaram que iriam fazer o investimento de US\$1,5 bilhão necessário para adaptar a Pasadena Refining System Inc. para processar o óleo produzido no Brasil. Outra cláusula previa que, em caso de divergência, a Petrobras estava obrigada a comprar a parte da Astra Oil e a garantir à *trading* belga uma remuneração de 6,9% ao ano, mesmo em um cenário de prejuízo.

Conforme as matérias jornalísticas, a parceria foi desfeita depois de acirrada disputa judicial, e a Petrobras comprou as ações da Astra Oil por US\$ 700 milhões, quase o dobro do que a Astra pagara apenas dois anos antes, e ficou como única dona da refinaria. Segundo a Revista Veja, no total, a estatal brasileira investiu cerca US\$ 1,18 bilhão na Pasadena Refining System Inc.

Ainda segundo a Revista Veja, após a aquisição de 100% da Pasadena Refining System Inc., a Petrobras decidiu vendê-la, e a única oferta recebida - da multinacional americana Valero - foi de cerca de 180 milhões de dólares, pouco mais de um décimo do valor pago.

A Revista Veja afirmou, também, que a Presidenta Dilma Rousseff, que à época integrava o Conselho de Administração da Petrobras como Ministra Chefe do Gabinete Civil, atacou a proposta e criticou duramente o Sergio Gabrielli, então presidente da estatal. A Revista colheu a opinião do Dr. Marinus Marsico, membro do Ministério Público junto ao TCU, o qual afirmou que tudo "indica que a Petrobras fez concessões atípicas à Astra. Isso aconteceu em pleno ano eleitoral". Concluindo que estava fácil arrancar dinheiro da Petrobras por causa do contrato de pai para filho, os belgas decidiram sair da sociedade.

Em 17/12/2012 a Petrobras publicou a seguinte nota de esclarecimento:<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> <http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/12/17/pasadena-resposta-a-revista-veja/>

\*D9E4159018\*

D9E4159018



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **“Nota à imprensa de 12 de julho de 2012**

Com relação à matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo sobre a Refinaria de Pasadena, a Petrobras esclarece que o assunto de aquisição da refinaria é antigo e de amplo conhecimento do mercado. Todas as informações abaixo foram detalhadas em Comunicados ao Mercado.

Em novembro 2005, a Petrobras assinou um Memorando de Entendimento com a Astra Oil Company (“Astra”) com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA. Em setembro de 2006, a Companhia concluiu a aquisição através de sua subsidiária Petrobras America Inc. (PAI). O valor total pago de US\$ 360 milhões inclui US\$ 190 milhões por 50% das ações e ainda US\$ 170 milhões pelos estoques da refinaria. (Comunicado divulgado em 16.11.2005)

Desentendimentos entre os sócios levaram a Astra a requerer o direito de vender seus 50% remanescentes à Petrobras. Em laudo arbitral de abril de 2009 esse direito foi confirmado sendo fixado o valor de US\$ 296 milhões pela refinaria, acrescido de US\$ 170 milhões por sua parcela no estoque, totalizando, US\$ 466 milhões. (Comunicado divulgado em 16.04.2009)

A esse montante foram acrescidos, ainda, US\$ 173 milhões, conforme sentença arbitral proferida, correspondentes a reembolso de parte de uma garantia bancária pelos sócios, juros, honorários e despesas processuais. Com isso, o total objeto da decisão alcançou US\$ 639 milhões, registrados na nota explicativa 11.4 das Informações Trimestrais – ITR do terceiro trimestre de 2009, divulgadas ao mercado em 13/11/2009. (Comunicado divulgado em 12.03.2010)

Em 10 de março de 2010, a Corte Federal de Houston, Texas, EUA, confirmou Sentença Arbitral proferida em abril de 2009, a qual considerou que a PAI, seria a titular da refinaria de Pasadena e da sociedade de trading correlata (Trading Company). (Comunicado divulgado em 12.03.2010)

A Petrobras, durante todo o processo arbitral, empenhou seus melhores esforços na defesa dos seus interesses e de seus acionistas, e obteve uma redução significativa no montante pleiteado pela Astra, que superava em muito o valor final do laudo.

Finalmente, em junho de 2012, um acordo extrajudicial, que prevê o término de todos os litígios – arbitragem e outras causas judiciais – acrescidos de juros e custos legais pertinentes totalizou US\$ 820 milhões. Parte desse

**\*D9E4159018\***

**D9E4159018**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

montante, US\$ 750 milhões, já vinha sendo provisionado para pagamento nas demonstrações financeiras da Petrobras, restando o complemento de provisão de US\$ 70 milhões, a ser reconhecido no resultado da Companhia no segundo trimestre de 2012. (Comunicado divulgado em 29.06.2012)

Cabe enfatizar que a integridade de todo o processo decisório foi atendida nas diversas operações acima que seguiram todos os procedimentos técnicos e instâncias de Governança Corporativa da Companhia, inclusive com emissão de relatório independente de instituição financeira de renome internacional (fairness opinion) quando tomada a decisão de 2006. O acordo acima mencionado tornou a refinaria um ativo negociável, ainda que não haja uma obrigatoriedade nem urgência em se desfazer da mesma.”

O jornal O Estado de São Paulo, em matéria datada de 27/5/2013, informa que o periódico teve acesso a documentos internos da Petrobras sobre a compra da Pasadena Refining System Inc. pela estatal, que sugerem uma série de falhas por parte dos gestores da companhia na confecção do negócio.<sup>2</sup> Segundo o jornal, os documentos mostram que a Petrobras se comprometeu a vender, por 15 anos, petróleo a um preço que garantisse aos belgas um retorno mínimo no negócio de 6,9% ao ano, já excluindo taxas e impostos. Ou seja, em caso de cenário adverso, o que posteriormente ocorreu, a estatal ficaria com o ônus e teria de vender petróleo à sócia por preço fora de mercado.

O Estado de São Paulo informa, também, que os documentos obtidos sugerem que a Petrobras pagou duas vezes pelos estoques da refinaria, estimados em US\$ 170 milhões. A companhia teria assumido também assumiu praticamente sozinha o risco do negócio, oferecendo benesses desproporcionais à sócia belga, a comerciante (*trading*) de energia Astra/Transcor, com quem repartia o negócio. Ofereceu, por exemplo, um direito de retirada em que a estatal seria obrigada a comprar os 50% da Astra em condições favoráveis.

<sup>2</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,petrobras-garantiu-preco-baixo-a-socio-em-refinaria-de-pasadena-por-15-anos-,1035975,0.htm>

\*D9E4159018\*

D9E4159018



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A nota oficial não é suficiente para esclarecer todos os fatos que envolvem e envolveram a aquisição da refinaria norte-americana. A própria Presidente da Petrobras, Dra. Graça Foster, afirmou textualmente em audiência pública na Comissão de Minas e Energia, em 22/5/2013, que hoje a estatal não realizaria a aquisição da refinaria nas condições em que foi feita. Além disso, a matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo lança mais dúvidas sobre o contrato.

Em razão de tudo isso é essencial que a Câmara dos Deputados tenha acesso e conhecimento *pari passu* de todos os achados e conclusões sobre a auditoria que o TCU está realizando em todo o processo de aquisição da Pasadena Refining System Inc.

Sala das Sessões, em                      de junho de 2013.

**Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**  
PR/AL

**\*D9E4159018\***  
**D9E4159018**